

  


Revista UNILUS Ensino e Pesquisa  
v. 16, n. 45, out./dez. 2019  
ISSN 2318-2083 (eletrônico)

**ADILSON DE OLIVEIRA FRANCESCHINI**

*Centro Universitário Lusíada, UNILUS,  
Santos, SP, Brasil.*

**NANCI LANCHANOVO**

*Centro Universitário Lusíada, UNILUS,  
Santos, SP, Brasil.*

*Recebido em dezembro de 2019.  
Aprovado em agosto de 2020.*

## CONDICIONANTES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

### RESUMO

---

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão dos condicionantes histórico-estruturais que atuaram para o desenvolvimento desigual da economia brasileira. A partir do resgate de aspectos relevantes dos ciclos econômicos, foi dado enfoque, ao longo do artigo, a duas questões fundamentais: a questão da mão de obra e a relação de dependência entre produção doméstica e demanda externa. Quanto à primeira, uma vez contornada a escassez inicial, as condições tanto do escravismo como, posteriormente, da massa assalariada de nordestinos propiciaram a manutenção do baixo nível de salários e, por conseguinte, dificultaram o nascimento de um mercado interno. No que concerne à segunda, a contínua dependência da produção doméstica dos ciclos de demanda externa repercutiu na redução das chances de diversificação e desenvolvimento produtivo com bases endógenas. É destacado, também, o papel da economia cafeeira como meio não só de manutenção, mas também de aprofundamento de tais condições para o desenvolvimento desigual da industrialização no século XX.

**Palavras-Chave:** economia brasileira; condicionantes histórico-estruturais; desenvolvimento desigual.

## THE HISTORICAL-STRUCTURAL DETERMINANTS OF BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT

### ABSTRACT

---

This article objective to contribute to the understanding of the historical-structural determinants that had acted for the unequal development of the Brazilian economy. From the rescue of relevant aspects of Brazilian economic cycles, a focus was given throughout the article to two fundamental issues: the question of labor and the dependence between domestic production and external demand. Regarding to the first, once the initial scarcity has been overcome, the conditions of both, slavery and, later the salaried mass of Northeast led to the maintenance of the low level of salary and, consequently, constrained the birth of an internal market. Concerning the second, the continued dependence of domestic production of the external demand cycles has reduced the chances of diversification and productive development with endogenous basis. Also noteworthy is the role of the coffee economy as a means not only of maintaining but deepening such conditions for the uneven development of industrialization in the twentieth century.

**Keywords:** brazilian economy; historical-structural determinants; uneven development.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa  
Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150  
Boqueirão - Santos - São Paulo  
11050-071  
<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep>  
[revista.unilus@lusiada.br](mailto:revista.unilus@lusiada.br)  
Fone: +55 (13) 3202-4100

## INTRODUÇÃO

Não se pode deixar de registrar o longo processo histórico que estruturou os condicionantes para o desenvolvimento tanto da economia cafeeira do século XIX como também da industrialização do século XX. A chegada dos portugueses, a colonização e o desenvolvimento do Brasil fazem parte de um capítulo marginal da dinâmica comercial do mundo europeu. Duas características fundamentais que se mantiveram ao longo dos períodos colonial e imperial concernem à questão da mão de obra e à grande disponibilidade de terras. O primeiro aspecto implicou a necessidade de uso do trabalho compulsório como saída para as iniciativas ligadas aos projetos de colonização e exploração econômica. O segundo marcou a estratégia das elites brasileiras para o aumento da produção em resposta aos ciclos do comércio internacional. Essas duas características da dinâmica econômica do Brasil são extremamente importantes, pois, uma vez resolvida a questão da escassez da mão de obra, essa relação se tornou ao final do século XIX, o condicionante fundamental tanto para a manutenção dos baixos índices de salários, como para o desenvolvimento desigual da industrialização brasileira no século XX.

## PROPRIEDADE, MÃO DE OBRA E AS BASES DA DESIGUALDADE

Ao tomar a decisão de colonizar as terras brasileiras, Portugal lançou mão de estratégia anteriormente utilizada na África que contava com a associação entre a coroa portuguesa e a iniciativa privada. Aristocratas ligados à corte recebiam extensões de terra e assumiam a responsabilidade de garantir seu desenvolvimento, acumulando, dessa forma, amplos poderes. Com a notícia do descobrimento das minas de Potosí, atual região da Bolívia, em 1545, o governo português resolveu instalar o Governo Geral no Brasil, em 1549, elevando a cidade de Salvador à condição de capital brasileira, que assim permaneceu até 1763. Tomé de Souza, o primeiro Governador-geral, enfrentou dificuldades relacionadas à distância entre a sede do Governo e as das capitânicas, impossibilitando-o do exercício de seus poderes, situação que se repetiu com os demais governadores (FAUSTO, 1999, p. 46).

O primeiro produto de exportação do Brasil foi o pau-brasil, cuja casca era utilizada para tingimento de tecidos e a madeira aproveitada para confecção de instrumentos musicais na Europa. Presente no litoral brasileiro, foi explorado, como monopólio da Coroa, nas décadas iniciais do século XVI. Sendo sua coleta e armazenagem realizadas pela exploração da mão de obra indígena, tal aspecto não propiciou a organização e o desenvolvimento de povoados e setores econômicos complementares. Situação diferente foi a que ocorreu com o açúcar, tornando-o o primeiro produto importante da colônia, já que seu cultivo, produção e comércio favoreceram o estabelecimento de povoados e de setores marginais incipientes de economia local. Introduzido por volta de 1520, a demanda internacional garantiu a expansão do cultivo e do comércio, estruturando o primeiro ciclo de exportação de produtos primários brasileiros.

Com relação à mão de obra, inicialmente, tentou-se fazer uso do trabalho escravo dos indígenas. Entretanto, em função não só de sua resistência à atividade agrícola, mas também das ações de jesuítas e de doenças facilmente contraídas, como sarampo, varíola e gripe, que dizimaram em torno de 60 mil índios em 1562 e 1563, seu emprego era de difícil organização. Logo, a opção passou a ser o trabalho escravo africano, que passou de 7% do total em 1574 a 37% em 1591, chegando em 1638 a compor a totalidade da mão de obra utilizada na produção do açúcar. Estima-se que, entre 1550 e 1855, chegaram ao Brasil em torno de 4 milhões de escravos. A distância da autoridade real e, por conseguinte, a ausência de algum regulamento que impedisse a exploração abusiva dos africanos no Brasil, facilitou aos empresários locais o emprego de qualquer tipo de violência contra os escravos. Não é de se espantar, portanto, que em 1872, a

expectativa de vida do escravo no Brasil era de 20 anos, enquanto que nos Estados Unidos chegava aos 35. (FAUSTO, 1999, p. 51).

No início do século XVII, o Brasil tinha alcançado a condição de principal fornecedor de açúcar do mundo. Todavia, o desenvolvimento da produção do açúcar nas colônias inglesas, holandesas e francesas acarretou o declínio relativo da demanda internacional e, por conseguinte, ao final daquele século, o ciclo da economia açucareira brasileira entraria em um período de enfraquecimento. Concomitantemente, uma nova etapa da economia brasileira se iniciava por volta de 1690, com a descoberta de ouro na região dos atuais estados de Goiás e Minas Gerais. Até aproximadamente 1760, a produção aurífera brasileira cresceu continuamente possibilitando que o Brasil se tornasse o principal produtor de ouro do século XVIII. O ciclo do ouro mudou o centro de atividade econômica da colônia que passou do Nordeste para o Centro-Sul, atraindo ondas migratórias do Nordeste e do Sul para as regiões mineradoras, onde ocorreram iniciativas incipientes de organização bancária. De fato, o setor de mineração provocou considerável efeito de encadeamento econômico de setores ligados à extração, armazenagem, transporte e comércio do ouro. Em função da riqueza envolvida, e não só do valor monetário, mas também do valor simbólico do ouro, ocorreu um grande processo de burocratização da administração da colônia, levando a cidade portuária do Rio de Janeiro à condição de capital em 1763 (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 64.).

O final do século XVIII no Brasil foi marcado por profunda crise, em função não só do esgotamento do ciclo econômico do açúcar do Nordeste brasileiro, como também da escassez dos metais preciosos do centro do país. Ao mesmo tempo, a ocorrência da independência americana, em 1776, e da revolução francesa, em 1789, marcou a ascensão e a coexistência, nem sempre pacífica, de novas concepções de mundo que se chocariam com aquela existente no Brasil. Um aspecto especialmente importante desse novo cenário foi a mudança do referencial econômico internacional, passando do metalismo e do mercantilismo para a questão da produção, implicando, por conseguinte, o deslocamento do eixo econômico do mundo ibérico para a Inglaterra ou, em outra perspectiva, do Mediterrâneo para o Atlântico. Tal ocorrência deu-se em função da revolução industrial cuja dinâmica permitiu a Inglaterra conquistar a supremacia na produção e no comércio internacional.

A crise do açúcar e a queda da produção do ouro levaram a colônia a um período recessivo a partir da década de 1770. Ponto importante desse processo foi o aprofundamento da dependência comercial da demanda internacional, uma vez que a economia brasileira não era capaz de estruturar o mercado interno. Tal situação ocorria, pois a existência do trabalho escravo, não gerando renda, não estimulava o consumo. Ademais, o desenvolvimento do mercado interno não era foco de preocupação dos atores envolvidos nas dinâmicas econômicas. Assim, por volta de meados do século XIX, o Brasil era drasticamente marcado por um estado de “estagnação” e “decadência” econômica (FURTADO, 2009, p. 176). As exportações tradicionais, em declínio, careciam de alguma possibilidade de recuperação, sobretudo pela queda dos preços. O açúcar da cana, por exemplo, cedia lugar para o açúcar de beterraba e os mercados consumidores já não tinham o mesmo vigor anterior. O algodão brasileiro não alcançava condições competitivas diante do algodão americano. Os demais produtos, como fumo, couro, arroz e cacau, tinham baixa participação em termos de mercado (FURTADO, 2009, pp. 179 e 180).

A fim de superar esse estágio de decadência e estagnação, não restava outra saída para o Brasil a não ser a expectativa de um novo movimento de demanda e expansão do comércio internacional. De fato, a recuperação econômica brasileira só foi ocorrer a partir de meados do século XIX, com o início da predominância do café. Embora tivesse sido introduzido no início do século XVIII e fosse cultivado em algumas regiões do país, foi só no fim do XIX que o café ganhou importância na economia brasileira. E foi justamente a alta de preços no mercado internacional, em decorrência da redução da oferta do Haiti, até então o grande produtor, que provocou a dinâmica econômica cafeeira. Em função de recursos preexistentes, a região montanhosa próxima ao Rio de Janeiro

propiciou a fase inicial do desenvolvimento da produção cafeeira. Havia razoável grau de abundância de mão de obra, consequência direta da desagregação da economia mineira, e a proximidade do porto permitia o uso de mulas no transporte do café. Essas regiões, o Norte e o Oeste do Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba, e a região de Cantagalo, mais ao Nordeste, tornaram-se produtoras da maior parte do café brasileiro até 1880 (BAER, 1996, p. 34).

## A ELITE CAFEIEIRA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O início da segunda metade do século XIX foi o período em que ocorreu o processo de gestação da economia cafeeira. Também foi o momento em que se formou uma nova classe empresarial que foi responsável não só pela manutenção, mas também por acentuar o desenvolvimento desequilibrado do país. Enquanto, na economia açucareira, ocorria a distinção entre os grupos de produção e de comércio, na economia cafeeira, havia grande grau de entrelaçamento dos interesses de comércio e da produção. A classe que surgia reconheceu-se como unidade relativamente homogênea e com interesses próprios bem definidos, o que definitivamente a diferenciou dos grupos até então dominantes no Brasil. Aquisição de terra, recrutamento de mão de obra e organização da produção, transporte e comércio eram problemas da classe cafeeira como um todo e não de um ator isolado atuando dentro do segmento cafeeiro. Ademais, a proximidade da produção à capital, a cidade do Rio de Janeiro, local das decisões políticas, associada com a participação direta no controle das formas de produção, transporte e comércio, garantiu à nova classe dirigente maior influência sobre o governo, subordinando as decisões políticas aos seus interesses de classe.

Duas profundas situações comprometedoras do desenvolvimento econômico brasileiro persistiram até o fim do século XIX e início do XX: a escassez de mão de obra e a abundância de terras disponíveis. Essa relação marcará profundamente a situação desigual entre capital e trabalho no Brasil. Até meados do século XIX, não havia necessariamente oferta de mão de obra capaz de ser absorvida pela produção agrícola extensiva como se caracterizava a economia cafeeira. Embora houvesse 1,5 milhão de escravos, conforme o primeiro censo demográfico realizado em 1872, a reduzida expectativa de vida do escravo brasileiro, em torno de 20 anos, não permitia uso adequado e organizacional a fim de aproveitar esse tipo de mão de obra (FAUSTO, 1999, p. 54). A crescente procura de escravos nas regiões de produção cafeeira desencadeou o tráfico interno das regiões algodoeiras e açucareiras do Nordeste para o Sudeste cafeeiro.

Um aspecto importante dentro do quadro da relação entre disponibilidade de terra e oferta de mão de obra concerne ao fluxo migratório entre o Nordeste e a região amazônica. A decadência da economia amazônica no final do século XVIII havia levado a região a um verdadeiro estado de letargia. Organizada pelos jesuítas, a produção de especiarias locais tinha por base o trabalho indígena, entretanto a mão de obra naquela região era escassa. Com o desenvolvimento da indústria do automóvel nos países mais avançados, a região amazônica tornou-se um setor complementar, em que a extração da matéria-prima para a indústria da borracha gerou novas oportunidades de empregabilidade. Contudo, uma vez a demanda internacional deslocada para outras regiões, a economia da borracha localizada no interior amazônico entrou em declínio, levando os grupos de migrantes que haviam se deslocados para lá à situação de subsistência.

Outro aspecto importante na relação entre disponibilidade de terra e oferta de mão de obra estava relacionado ao fato de que o aumento da demanda do café não implicava o desenvolvimento de novas técnicas produtivas que aumentassem a eficácia e a eficiência da produção. Simplesmente, em razão da disponibilidade de terra, estendia-se a área plantável, levando, com isso, ao aumento da demanda por mão de obra escrava, estabelecendo-se uma relação direta entre aumento da extensão da terra cultivada e maior demanda por mão de obra. Como tentativa de solução para esse problema, lançou-se mão do

fomento da imigração europeia. É sempre bom lembrar que a economia brasileira careceu de mercado interno, ou seja, mesmo com a colonização subsidiada, a ausência de demanda interna comprometia qualquer forma de desenvolvimento, levando à inconsistência da estrutura nacional de mercado. Em outras palavras, não havia níveis monetários adequados, tampouco consciência do uso da moeda como forma de garantir poupança, investimento, produção e comércio. Não foi à toa, a ocorrência de movimentos europeus contra a imigração, como foi o caso, em 1859, da proibição de emigração alemã para o Brasil (FURTADO, 2009, p. 194). É fácil de entender tal proibição. A atividade produtiva rentável no Brasil poderia ocorrer de duas formas: visando o mercado interno para o consumo doméstico; ou para atender o mercado externo com o foco exclusivo na exportação. Como sabemos, não havia mercado interno que garantisse a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos dos imigrantes recém-chegados. Por outro lado, a produção que visava a exportação demandava grandes terras e mobilização de capital, duas condições que o imigrante não atenderia, obrigando-o a manter-se na condição de trabalhador assalariado. Assim, ao trabalhar para a nova classe econômica cafeeira, o imigrante, com o tempo, tornava-se uma figura endividada, profundamente dependente e explorada, cuja vida precária, característica central do período de gestação da economia cafeeira, poderia ser comparada às condições de uma “escravidão disfarçada” (FURTADO, 2009, p. 196).

Os anos sessenta do XIX foi o momento em que a questão da oferta da mão de obra se tornou séria. A Guerra de Secessão dos EUA, implicando o alargamento da cultura do algodão, demandou maior número de trabalhadores. Assim, diante da alta de preços do café, o governo brasileiro tomou atitude mais proativa para o caso da mão de obra, assumindo a responsabilidade sobre o transporte do imigrante, deixando para o fazendeiro o compromisso de custear o primeiro ano do colono no Brasil (FURTADO, 2009, p. 196). Ao mesmo tempo, as escaramuças envolvidas no processo de unificação política da Itália desencadearam fluxos imigratórios para o Brasil (FAUSTO, 1999, p. 207). Com isso, o número de imigrantes europeus que vieram para o Brasil no final do século XIX subiu significativamente atingindo a marca de 803 mil ao final do século, dos quais 72% de origem italiana (FURTADO, 2009, p. 198).

Diante desse quadro, a questão da escravidão tornou-se emblemática para a história econômica brasileira. Depois de mais de 350 anos de escravidão formal no Brasil e de um sistema de vida secularmente estabelecido, a capilarização social, cultural e material de suas estruturas implicava total e completo desestímulo ao homem que advinha de tal sistema social de trabalho. Vivia-se verdadeira letargia social e econômica. Ou seja, não havia por parte dos habitantes visão e iniciativa diante das oportunidades que poderiam se abrir. Havia, de fato, grande dificuldade em mudar a concepção social do trabalho no Brasil, ou seja, passar do trabalho servil para o trabalho assalariado. Por consequência, tal condição ampliava as dificuldades estruturais para o desenvolvimento de um mercado interno que implicasse o surgimento de pequenos negócios. Outro aspecto, resultante de tal condição e que a agravava, era a concentração da propriedade. Ora, sem um mercado interno para estimular a produção em pequenas propriedades, restavam as altas do ciclo do mercado externo que demandariam a produção em escala, fazendo com que a produção nacional fosse sempre realizada em grandes propriedades, de forma extensiva e com baixo grau de implementação técnica. Diante desse quadro, a transformação formal de escravos em assalariados não poderia trazer outra consequência senão a marginalização socioeconômica dos ex-escravos.

## A ESTRUTURAÇÃO DA DESIGUALDADE

A situação acima descrita gerou crescimento bastante desigual da economia brasileira. Embora a taxa média de crescimento da economia, na segunda metade do século XIX, fosse alta, não houve distribuição relativa entre as diversas regiões brasileiras. Em cinquenta anos, de 1840 a 1890, o aumento do volume físico das exportações brasileiras alcançou um índice de 214%. Todavia, no mesmo período, o aumento do açúcar e do algodão

não acompanhou esse índice, ficando apenas com 33% e 43% respectivamente (FURTADO, 2009, p. 215). É preciso lembrar que esses dois produtos eram de cultivo da região nordestina. Logo, é fácil observar que a dinâmica comercial brasileira não se estendia às zonas de cultivo como um todo, sendo que a região que se estende de Maranhão até Sergipe estava em total descompasso com as regiões de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Estas regiões estavam associadas ao cultivo do café que constituía objeto principal da demanda internacional naquele momento. Vale registrar que tal situação estava em profunda convergência com os interesses da nova classe econômica e política de dirigentes nacionais (FURTADO, 2009, p. 215). Caracterizando-se a economia brasileira como direcionada para a produção que visava o comércio exterior e não para uma possível estrutura de mercado incipiente, pode-se dizer que o desenvolvimento de certas regiões brasileiras ocorreu em detrimento de outras regiões, em um verdadeiro jogo de soma-zero, que estruturaria as condições para a manutenção da prevalência e do dinamismo da região Sudeste.

Como decorrência, a grande dificuldade para o desenvolvimento econômico brasileiro no século XX concerne à questão da formação de mercado ou, em outras palavras, guarda estreita relação com a má distribuição de renda. Tal aspecto dificultou que a economia do Brasil acompanhasse a “rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados” (FURTADO, 2009, p. 224). Não se pode negar que o setor assalariado, mesmo de forma incipiente, desempenhou papel significativo no final do século XIX, ou seja, a passagem do trabalho escravo para assalariado permitiu algum desenvolvimento de caráter endógeno. Todavia, as condições de dependência externa comprometiam as bases para a formação sólida de um mercado interno com razoável dinamismo próprio.

Embora houvesse geração de renda pela economia do café, havia profundo desvio de sua apropriação. Enquanto a classe proprietária tinha como objetivo fundamental a expansão da sua propriedade e da sua produção, a incipiente classe assalariada empenhava praticamente toda a sua renda no consumo de necessidades do cotidiano, tais como comida, vestuário, serviços de reparo e coisas que faziam parte de um mercado genuinamente nacional. De forma que “a massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno” (FURTADO, 2009, p. 227). Em outras palavras, era a renda do trabalho assalariado que poderia alavancar a iniciativa de desenvolvimento de mercado interno. Entretanto, quando o setor externo ampliava sua demanda, gerando maior produção e maior renda na economia cafeeira, tal transformação não era acompanhada pelo aumento dos salários, pois, nesses momentos, a mão-de-obra nordestina, anteriormente represada, era requisitada a fim de garantir a manutenção do baixo nível médio da renda dos trabalhadores. Não se pode negar que, diante de tal quadro, a recém-criada classe empresarial brasileira se viu diante de uma condição suficientemente favorável, uma vez que todo o benefício da elevação do preço dos produtos que atendiam o mercado externo era exclusivamente direcionado aos seus interesses. Essa situação não só implicou a garantia da apropriação da renda, mas também gerou profunda marginalização social às massas de imigrantes nordestinos que se dirigiam às zonas de mercado incipiente

Um dos principais problemas de uma economia que se forma em função do mercado externo diz respeito à questão do regime cíclico das demandas internacionais e, por conseguinte, do nível de preços, o que comprometia o saldo brasileiro da balança de pagamentos. Entretanto, o pensamento econômico da época que permitia a avaliação de tal situação era pautado na chamada teoria quantitativa da moeda: visão de caráter fortemente monetarista que leva em conta que o nível geral de preços oscila em relação ao nível de moeda em circulação, ou seja, quanto maior o nível de moeda circulante, maior a demanda e, portanto, maior o preço médio. Assim, caso um país venha a ter superávit em sua balança de pagamentos e, portanto, maior nível interno de moeda em circulação, o preço médio é acentuado. De acordo com essa teoria, acredita-se que uma vez que o preço médio

dos produtos tenha aumentado, a demanda interna sofre contração, em função do aumento relativo do preço dos produtos quando comparado com o preço dos produtos do mercado externo, gerando assim déficit na balança de pagamentos. Neste caso, o déficit no balanço de pagamentos resulta na transferência de moeda para os mercados internacionais. Logo, domesticamente, há a redução da moeda circulante, implicando, portanto, a diminuição do nível geral de preços em função da suposta queda da demanda. É claro que, para que haja o perfeito funcionamento dessa relação entre demanda interna e demanda externa e nível de moeda doméstica e moeda internacional, faz-se necessário a ideia de plena conversão das moedas. É nesse ponto que entra a mitificação do denominado padrão-ouro de conversibilidade das moedas. Contudo, em uma economia como a brasileira do século XIX, profundamente dependente do ciclo de demanda e preço internacionais, a tentativa de explicação de sua realidade não é satisfeita com a visão monetarista da teoria em questão, pois “os desequilíbrios na balança de pagamentos eram relativamente mais amplos, pois refletiam as bruscas quedas de preços das matérias-primas no mercado mundial” (FURTADO, 2009, p. 232).

Em uma economia como a brasileira, em que o Estado é co-patrocinador, quando não o verdadeiro financiador, o problema das contas públicas se torna demasiadamente relevante. Sendo o desenvolvimento da economia nacional profundamente dependente dos mercados externos, a principal fonte da receita pública, por conseguinte, está ligada aos impostos relacionados diretamente ou indiretamente ao comércio exterior. Ora, ao aumentar o nível de exportação, logicamente, tem-se o aumento da renda per si, pelo fato de que há a procura de bens e serviços internos, implicando, portanto, o aumento da receita pública. Contudo, quando se deflagrava uma crise internacional, toda essa condição se revertia, pois, a demanda exterior se retraía e, com isso, a redução da receita pública, gerando profundo desequilíbrio não só na economia doméstica, como também no papel do Estado como ator fundamental para garantir a retomada do crescimento econômico.

Portanto, não está errado dizer que a reserva de mão de obra nordestina no país acrescida do fluxo imigratório europeu compusera o quadro de condicionantes fundamentais que atuaram para que a economia cafeeira mantivesse um nível de salário relativamente inferior, apesar do aumento da produção de café. Assim, não havendo pressão para o aumento salarial, a classe empresarial aplicava seu capital na expansão das plantações ampliando a concentração da propriedade. Em tais condições, não havia estímulos para otimizar a produção e o uso da terra em termos de inovação técnica, o que, por sua vez, inibia qualquer iniciativa no sentido de desenvolvimento tecnológico ligado ao cultivo do café.

A passagem do regime imperial para o sistema republicano implicou considerável grau de descentralização política. E é justamente nesse momento, a última década do século XIX, que a economia cafeeira viveu situação extremamente favorável, pois a oferta internacional do café tendo caído drasticamente, facilitou ao Brasil tornar-se o grande produtor, controlando boa parte da oferta mundial (FURTADO, 2009, p. 257). Com a descentralização republicana, a questão da mão de obra, e, por conseguinte, da imigração, passou a ser resolvida consoante os interesses mais locais e imediatos. É o caso do Estado de São Paulo onde a classe dos fazendeiros do café aparelhou as funções do governo a fim de atender seus objetivos. A disponibilidade de terras foi o elemento que permitiu a expansão crescente da produção de café levando, no início do século XX, à primeira crise de superprodução. Todavia, em vez de se observar o funcionamento normal da relação oferta e demanda, em que o aumento da oferta implicaria o barateamento do produto, os empresários paulistas se beneficiaram dos recursos públicos a fim de estocar o café e, assim, reduzir a oferta, garantindo a manutenção artificial dos preços. Foi dentro de tal visão que se constituiu o Convênio de Taubaté, em 1906, que tinha como objetivo a “valorização” do café pela intervenção direta do governo, adquirindo excedentes da produção e, por conseguinte, garantindo a manutenção artificial da elevação do preço (FAUSTO, 1999, p. 266). Assim, não havia risco na expansão da lavoura

do café. Para o cafeicultor brasileiro, sobretudo o paulista, aumentar a produção era sinônimo de lucro, seja advindo do mercado, seja advindo dos recursos públicos. Tal situação, não provocava absolutamente nenhum interesse em desenvolver técnicas de cultivo e, tampouco, pensar alguma forma incipiente de industrialização nacional pela formação de mercado interno. O lucro fácil do cultivo do café, diante do papel protetor do Estado, agravou o problema estrutural no Brasil concernente à concentração de renda, favorecendo o acúmulo de capital aos setores ligados à região Sudeste.

É assim, portanto, que o Brasil se apresentava no início do século XX, com franco empobrecimento da região Nordeste em função da concentração de renda na região Sudeste, por nela estar localizado o produto agrícola demandado pelos mercados internacionais. Tais condições foram as bases determinantes para o precário processo de industrialização brasileira, concentrador e desigual no século XX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fácil perceber que a gestação da economia do café propiciou o desenvolvimento de uma classe dirigente que, acumulando funções empresariais, subordinou a atuação do Estado brasileiro aos seus interesses, comprometendo a gênese do desenvolvimento endógeno de outros setores, aprofundando a dependência da economia brasileira à economia dos países industrializados e estruturando as bases para o distanciamento entre a economia do Sudeste e das demais regiões brasileiras. Dois aspectos fundamentais que não devem ser esquecidos dentro desse processo foram a contínua dependência do mercado externo, cujas oscilações da demanda estabeleciam os ciclos internos de produção e mobilização de recursos, e a questão da disponibilidade da mão de obra cuja oferta garantiu a manutenção de níveis baixos de salário o que, por sua vez, não só agravou as formas de distribuição de renda, mas também, inviabilizou a gestação de um mercado interno e, com isso, o desenvolvimento econômico sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. A economia brasileira. Tradução Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 1996.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. 1999 (Didática, 1).
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Org. Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Edição Comemorativa 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Edição comemorativa 50 anos.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. - (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 39 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.